

VOLUME III

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO
LUIS ANDRE AZEVEDO
MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

COORDENAÇÃO

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

ALEXANDRE COUTO SILVA • ANA CAROLINA WEBER • ANDRÉ LUÍS MONTEIRO • ANTONIO DECCACHE • CARLOS PORTUGAL GOUVÊA • CÉSAR A. MARTINS CARNAÚBA
EDUARDO DE A. PARENTE • EDUARDO MUYLAERT • EDUARDO SALOMÃO NETO • EVANDRO FERNANDES DE PONTES • FABIANA CARSONI A. F. DA SILVA
FRANCISCO ROHAN DE LIMA • GLAUCO MARTINS GUERRA • GUILHERME PENALVA SANTOS • GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA • GUSTAVO MARTINS DE ALMEIDA
GUSTAVO TEPEDINO • HELIO PORTOCARRERO • JOÃO FRANCISCO BIANCO • JOSÉ A. TAVARES GUERREIRO • JUDITH MARTINS-COSTA
JULIANA B. HARGREAVES VIEIRA • LEONARDO ANTHERO AURIEMA • LUIZ CHRYSOSTOMO DE O. FILHO • MANOEL VARGAS • MARCELO DÓRIA
MARCELO TRINDADE • MÁRCIO GUIMARÃES • MARCUS DE FREITAS HENRIQUES • MARIA LÚCIA DE ARAÚJO CINTRA • MARIANA PARGENDLER
MAURICIO ALMEIDA PRADO • MAURICIO MOREIRA MENEZES • PAULO PENALVA SANTOS • PEDRO DUTRA • PEDRO PAULO CRISTOFARO • PETER CHRISTIAN SESTER
RENATA MORITZ SERPA COELHO • RENATO STEPHAN GRION • ROBERTA NIOAC PRADO • RODRIGO DA GUIA SILVA • RODRIGO GARCIA DA FONSECA
RODRIGO O. BROGLIA MENDES • RONALDO VASCONCELOS • SERGIO BERMUDEZ • SERGIO NELSON MANNHEIMER • SÉRGIO R. NUTTI MARANGONI
SILVIA MARIA COSTA BREGA • SILVIO SIMONAGGIO • TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR • VIVIANE MULLER PRADO

QUARTIER LATIN

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

VOLUME III

QUARTIER LATIN

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO

LUIS ANDRE AZEVEDO

MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

COORDENAÇÃO

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

VOLUME III

ALEXANDRE COUTO SILVA

ANA CAROLINA WEBER

ANDRÉ LUÍS MONTEIRO

ANTONIO DECCACHE

CARLOS PORTUGAL GOUVÊA

CÉSAR A. MARTINS CARNAÚBA

EDUARDO DE A. PARENTE

EDUARDO MUYLAERT

EDUARDO SALOMÃO NETO

EVANDRO FERNANDES DE PONTES

FABIANA CARSONI A. F. DA SILVA

FRANCISCO ROHAN DE LIMA

GLAUCO MARTINS GUERRA

GUILHERME PENALVA SANTOS

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

GUSTAVO MARTINS DE ALMEIDA

GUSTAVO TEPEDINO

HELIO PORTOCARRERO

JOÃO FRANCISCO BIANCO

JOSÉ A. TAVARES GUERREIRO

JUDITH MARTINS-COSTA

JULIANA B. HARGREAVES VIEIRA

LEONARDO ANTHERO AURIEMA

LUIZ CHRYSOSTOMO DE O. FILHO

MANOEL VARGAS

MARCELO DÓRIA

MARCELO TRINDADE

MÁRCIO GUIMARÃES

MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

MARIA LÚCIA DE ARAÚJO CINTRA

MARIANA PARGENDLER

MAURICIO ALMEIDA PRADO

MAURICIO MOREIRA MENEZES

PAULO PENALVA SANTOS

PEDRO DUTRA

PEDRO PAULO CRISTOFARO

PETER CHRISTIAN SESTER

RENATA MORITZ SERPA COELHO

RENATO STEPHAN GRION

ROBERTA NIOAC PRADO

RODRIGO DA GUIA SILVA

RODRIGO GARCIA DA FONSECA

RODRIGO O. BROGLIA MENDES

RONALDO VASCONCELOS

SERGIO BERMUDEZ

SERGIO NELSON MANNHEIMER

SÉRGIO R. NUTTI MARANGONI

SÍLVIA MARIA COSTA BREGA

SÍLVIO SIMONAGGIO

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

VIVIANE MULLER PRADO

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, verão de 2021

quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

SUMÁRIO

PARTE 4 Direito Empresarial

XI. Operação de M&A – Aquisição de Controle – Passivos Supervenientes e a Teoria da Vontade Contratual, 23

Francisco Rohan de Lima

I. No Lugar e no Tempo Certos	23
II. A Consulta.....	25
a. Os fatos	26
b. A questão	30
III. O Estudo.....	30
a. Princípios aplicáveis a interpretações dos contratos.....	30
b. Da operação de aquisição de ações.....	35
c. Dos vícios redibitórios nas operações de alienação de controle	40
d. Da cláusula de declarações e garantias	43
e. Da cláusula de auditoria (<i>due diligence</i>).....	46
f. Da cláusula de indenização	50
g. Dos limites indenizatórios	57
h. Da gestão do contencioso	58
III. Conclusões	61
V. Pós-Conclusões	64

XII. Contrato de Compra e Venda de Ações. Declarações e Garantias. Responsabilidade por Fato de Terceiro. Inadimplemento, Pretensão, Exigibilidade, Obrigação. Práticas do Setor e Usos do Tráfego Jurídico. Parecer, 67

Judith Martins-Costa

Síntese da Consulta	67
Parecer	68
Primeira Parte. Do cenário fático e da extensão da responsabilidade de Pacaembu.....	68

(i) da Operação.....	69
(ii) da configuração e dos limites da responsabilidade de Pacaembu.....	71
(ii.1) a responsabilidade por fato de terceiro.....	71
(ii.2) Pacaembu não se responsabilizou por fato de terceiro.....	74
Segunda Parte. Do alegado inadimplemento.....	77
(i) da obrigação de realizar investimentos.....	78
(ii) da obrigação de fornecer biomassa.....	81
(ii.1) obrigações de Arena estavam sujeitas a termo.....	82
(ii.2) da relevância da finalidade do ajuste e dos usos do tráfego na interpretação da obrigação de fornecer biomassa	84
Terceira Parte. Resposta sintética aos Quesitos	87
Referências	89

XIII. *Sandbagging* e as Falsas Declarações em Alienações Empresariais, 91

Marcelo Trindade

I. Falsidade de Declarações em Alienações Empresariais	91
II. A Descoberta da Falsidade de Declarações	93
III. Disciplina, pelas Partes, da Falsidade de Declarações	95
IV. Disciplina, pela Lei, da Descoberta da Falsidade de Declarações.....	100
V. Conclusão.....	103

XIV. O Aumento do Capital Social como Meio de Recuperação Judicial e a Desnecessária Submissão à Assembleia Geral de Acionistas, 105

Márcio Guimarães

Introdução	105
I. A Recuperação Judicial como instrumento de interesse público.....	105
a. Os interesses privados do devedor, dos acionistas e dos credores.....	108
b. A função social da empresa é um princípio de harmonização dos interesses privados e público.....	111
II. O Juízo da recuperação é absoluto para a reestruturação da empresa	113
a. A formação de vontade dos acionistas do devedor em relação ao plano de recuperação judicial.....	116
b. O controle de legalidade do plano de recuperação judicial.....	121
Conclusão.....	124

XV. Notas sobre o Consórcio de Empresas e a Imprescindibilidade do Registro do Contrato, 127

Marcus de Freitas Henriques e Maria Lúcia de Araújo Cintra

1. A Disciplina Legal do Consórcio Societário e sua Especificidade	127
2. A constituição do consórcio – arquivamento	130
3. Consórcio e Sociedade	134
4. Inexistência de consórcio de fato.....	136
5. Considerações Finais	139

XVI. As Diferenças entre Declarações e Garantias e os Efeitos do Conhecimento, 143

Mariana Pargendler e Carlos Portugal Gouvêa

Consulta	143
Parecer	149
I. Função e eficácia das cláusulas de declarações e garantias	151
A. Natureza jurídica no direito estrangeiro e brasileiro.....	153
B. Função econômica das cláusulas de declarações e garantias.....	168
(i) Mitigação da assimetria informacional e alocação de riscos contratuais	168
(ii) A falácia do “preço cheio”	170
Da Resposta Sintética aos Quesitos	177

XVII. O Grupo Empresarial em Recuperação Judicial e a Inclusão de Sociedades Estrangeiras, 181

Paulo Penalva Santos e Guilherme Penalva Santos

I. Introdução	181
II. Grupos Econômicos de Direito e de Fato.....	182
III. Litisconsórcio Ativo na Recuperação Judicial.....	189
IV. Jurisdição Brasileira em Relação a Empresas Estrangeiras.....	201
V. Conclusão.....	214

XVIII. Take-or-Pay-Contracts and Piercing the Corporate Veil in Project Finance Subject to Brazilian Law, 217

Peter Christian Sester

1. Project Finance: definition, involved parties, and economic rational	217
---	-----

2. Take-or-pay contracts and cross-default clauses	219
3. Impact of Project Finance structure on arbitration (clauses).....	220
4. Critical issues of Project Finance Contracts subject to Brazilian	223
4.1. Take-or-pay contracts/clauses and contractual penalties.....	224
4.2. Piercing the corporate veil of the project company	226
5. Conclusions	227

XIX. O Patrimônio do Acionista ou do Quotista Perde ou Ganha Valor Segundo sua Capacidade de Prever, Solucionar e Fazer Gestão dos Conflitos Societários, 229

Silvia Maria Costa Brega e Silvio Simonaggio

1. O contexto	229
2. A responsabilidade dos sócios e acionistas pela prevenção e para solução de conflitos.....	230
3. O valor econômico de uma sociedade e por que ocorrem vendas e compras de sociedades com base em valor econômico	231
4. Um pouco da construção jurisprudencial feita para atender à necessidade de solução de conflito por sentença quando o dissenso societário culmina com a retirada ou exclusão de sócio ou acionista	233
5. A aplicação literal da regra do art. 1031 do CC combinada com a regra do art. 606 do CPC resolve a questão da continuidade da atividade econômica com o pagamento dos haveres?	235
6. Em suma,	238
Bibliografia	239

PARTE 5 Arbitragem

I. Extensão Subjetiva da Cláusula Compromissória Estabelecida no Estatuto Social aos Administradores da Companhia, 243

Alexandre Couto Silva

1. Introdução	243
2. Vinculação dos Administradores ao Estatuto Social da Companhia ..	244

3. A Extensão Subjetiva da Cláusula Compromissória Estatutária.....	250
4. Conclusão	254
5. Referências Bibliográficas	258

II. Vinculação de Acionistas e Administradores à Cláusula Compromissória Estatutária, 261

Ana Carolina Weber e Juliana Botini Hargreaves Vieira

1. A Cláusula Compromissória Estatutária	261
1.1. Aspectos Históricos	261
1.2. A Evolução das Cláusulas Compromissórias Estatutárias	
Exigidas pelos Regulamentos do Novo Mercado e do Nível 2	265
2. Efeitos Subjetivos da Cláusula Compromissória Estatutária	268
2.1. Origem dos Debates	268
2.2. A Doutrina e Nelson Eizirik	270
2.3. Resistência Ainda Verificada Quanto à Vinculação dos	
Acionistas à Cláusula Compromissória Estatutária	275
I. United States District Court Southern District of New York –	
Case 1:14-cv-09662-JSR.....	275
II. Rotterdam District Court C/10/526115/HA ZA 17-440.....	277
III. Apelação Cível n. 500984610.2015.4.04.7201/SC – TRF4	279
2.4. Extensão dos efeitos da Cláusula Compromissória Estatutária	
aos Administradores da Companhia.....	281

III. Sistema Arbitral e Sistema Societário. Três Breves Debates sobre Cláusulas Compromissórias Estatutárias, 285

Eduardo de Albuquerque Parente e Sérgio Ricardo Nutti Marangoni

1. Arbitragem e direito societário como sistemas.....	285
2. Premissas do problema.....	288
3. Consenso v. consentimento	289
4. Extensão subjetiva v. litisconsórcio	297
5. Identidade societária	302
6. Conclusão	306

IV. Arbitragem, Confidencialidade e Desenvolvimento do Direito Societário e do Mercado de Capitais:

O Brasil fez a Escolha Certa?, 309

Guilherme Setoguti J. Pereira

1. A importância dos mecanismos de <i>enforcement</i> para o desenvolvimento do mercado de capitais	309
2. A efetividade do sistema brasileiro de <i>enforcement</i>	313
3. O <i>enforcement</i> das regras societárias e de mercado de capitais e a escolha pela arbitragem: decisão acertada?	321
3.1. Confidencialidade na arbitragem	324
3.2. Os problemas da confidencialidade	327
3.2.1. Assimetria de informações	327
3.2.2. Formação do direito	330
3.3. Instrumentalidade da arbitragem	331
3.3.1. Confidencialidade atenuada	334
3.3.2. Comunhão de interesses e litisconsórcio unitário	337
4. Conclusão	338

V. Sobre o Parecer Jurídico em Juízo e no Procedimento Arbitral, 341

José Alexandre Tavares Guerreiro

VI. O Papel do Perito na Arbitragem, 349

Marcelo Dória

1. Como é visto o perito arbitral	349
2. Quem nomeia o perito?	349
3. Alternativas	353
4. Deveres dos peritos, assistentes ou nomeados pelo tribunal arbitral....	354
5. Encerrando	357

VII. Reflexões sobre Sentenças Incorretas no Mérito no Âmbito da Arbitragem Comercial Internacional, 359

Mauricio Almeida Prado

Introdução	359
1. Separando sentenças divergentes de sentenças incorretas	360

2. Razões frequentes para sentenças incorretas	365
3. Propostas para melhorar a qualidade das sentenças.....	367
3.1. Conferências <i>upstream</i> do tribunal arbitral.....	367
3.2. Breve audiência inicial	368
3.3. Maior envolvimento dos árbitros na fase de <i>expertise</i> técnica.....	369
3.4. “ <i>Hot tubbing</i> ” como prática padrão em audiências com assistentes técnicos.....	369
3.5. Encontro dos árbitros logo após a audiência	370
4. Conclusões.....	370

VIII. Os Novos Desafios da Advocacia em Face da Lei de Mediação e do Novo Código de Processo Civil, 373

Renata Moritz Serpa Coelho

1. Introdução	373
2. Mediação e processos adversariais.....	376
3. A atuação dos advogados nas etapas do procedimento de mediação ..	380
3.a. Pré-mediação	380
3.b. Mapeamento do conflito pelo mediador	381
3.c. Geração de opções e negociação.....	382
3.d. Fechamento	384
4. Conclusão – A Mediação como nova ferramenta de trabalho.....	384

IX. Árbitro de Emergência – Natureza Jurídica, Funcionamento e Outros Aspectos Relevantes, 387

Renato Stephan Grion

I. Introdução – Histórico, Origem e Contexto	387
II. Conceito e Tendência	392
i. Possíveis vantagens	393
ii. Possíveis desvantagens	395
III. Características Principais do Procedimento de Emergência.....	395
i. Consentimento quanto à adoção do árbitro de emergência	396
a. Adoção via escolha de um regulamento de arbitragem.....	396
b. Aspecto temporal quanto à adoção da figura do árbitro de emergência	397
ii. Procedimento.....	398
a. Instauração do procedimento emergencial e momento para a apresentação do requerimento de arbitragem	398

b. Celeridade.....	399
c. Cronograma	399
d. Sede do procedimento emergencial	401
e. Custos	401
iii. Árbitro de emergência	402
a. Escolha do árbitro de emergência	402
b. Requisitos inerentes ao árbitro de emergência	403
iv. Decisão do árbitro de emergência – conteúdo e forma.....	404
a. Requisitos para a concessão da medida de urgência	406
b. Pedidos <i>inaudita altera parte</i>	408
c. Jurisdição concorrente – interação com o Poder Judiciário.....	409
IV. Natureza jurídica do árbitro de emergência e executoriedade de sua decisão	413
i. Efetivação de decisões proferidas por árbitros de emergência no Brasil	424
ii. Cumprimento de decisão proferida por árbitro de emergência fora do Brasil	425
V. Conclusões	427
Bibliografia	430

X. Arbitragem e Insolvência, 439

Rodrigo Garcia da Fonseca

1. Introdução	439
2. Efeitos da insolvência sobre a convenção de arbitragem e os procedimentos arbitrais em curso	441
3. A questão do acesso à Justiça	450
4. Outras interações	456
5. Considerações Finais	458

XI. Arbitragem, Regulação e a *Business Judgment Rule*: Regras de Julgamento à Luz do Direito das Empresas em Crise, 459

Ronaldo Vasconcelos e César Augusto Martins Carnaúba

1. Introdução	459
2. Direito regulatório e cogência normativa	461
2.1. A regulação da Comissão de Valores Mobiliários	463
3. Regras de julgamento na arbitragem.....	467

3.1. Direito aplicável pelo árbitro: possibilidades e limites.....	467
3.2. Vinculação do árbitro ao direito regulatório.....	468
4. A <i>business judgment rule</i>	471
4.1. Apresentação da teoria.....	471
4.2. Panorama brasileiro e aplicabilidade da <i>business judgment rule</i>	472
4.3. Proposta de compatibilização.....	475
5. Direito das empresas em crise: ponderação da <i>business judgment rule</i>	477
6. Conclusão	479
7. Referências.....	479

XII. Negativa de Homologação da Sentença Arbitral Estrangeira, 483

Sergio Bermudes

XIII. Dever de Revelação da Existência do *Third-Party Funding* na Arbitragem Brasileira, 487

Sergio Nelson Mannheimer e André Luís Monteiro

1. O homenageado.....	487
2. Conflito de interesses e <i>third-party funding</i>	488
3. Dever da parte financiada de revelar o financiamento.....	492
3.1. Posições doutrinárias.....	492
3.1.1. Doutrina favorável à revelação	492
3.1.2. Doutrina contrária à revelação	495
3.2. A tendência pró-revelação contida em novas disposições legais e <i>soft law</i> : Singapura, Hong Kong, tratados bilaterais de investimento, IBA, ICC e CCBC	497
3.3. O financiamento deve sim ser revelado.....	500
3.4. Fonte jurídica do dever de revelar	503
3.4.1. Direito aplicável e fonte jurídica	503
3.4.2. O fundamento com base na boa-fé objetiva.....	506
3.4.2.1. O entendimento da maioria da doutrina brasileira	506
3.4.2.2. Direito aplicável, sede da arbitragem, boa-fé objetiva, ordem pública e art. 27 da Lei de Arbitragem brasileira.....	508
3.4.2.3. Indeterminação do conceito de boa-fé objetiva e estratégias consensuais para impor o dever de revelação.	513

3.4.3. O fundamento com base no dever de proferir uma sentença executável (<i>duty to render an enforceable award</i>)	515
3.4.3.1. Poder-dever do tribunal arbitral de determinar que as partes informem se estão sendo financiadas por terceiro	515
3.4.3.2. <i>Duty to render an enforceable award</i> , dever de revelação do árbitro, <i>duty to investigate e inherent power</i>	518
4. Conclusão	522

XIV. Análise Funcional e Formalismo na Desconsideração da Personalidade Jurídica em Arbitragem, 525

Viviane Muller Prado e Antonio Deccache

1. Introdução	525
2. Do Formalismo à Interpretação Funcional: da Construção Jurisprudencial da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica até a sua Positivização	527
2.1. Primeiro momento: fortalecimento da limitação da responsabilidade e da separação patrimonial.....	528
2.2. Segundo momento: flexibilização da limitação de responsabilidade e da separação patrimonial pela jurisprudência e doutrina nacional.....	531
2.3. Terceiro momento: positivação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica.....	536
3. Arbitragem e Autonomia da Vontade.....	537
3.1. O triunfo da autonomia da vontade	537
3.2. A arbitragem como renúncia à jurisdição estatal.....	538
3.3. A cláusula de arbitragem por escrito e assinada: requisitos formais	539
3.4. A regra geral: a não extensão dos efeitos da cláusula de arbitragem para partes não signatárias.....	541
4. Os Limites do Formalismo na Arbitragem e a Aplicação da Teoria de Desconsideração: a Experiência Estrangeira e a Experiência Nacional Mais Recente.....	541
5. Conclusões.....	546
Referências Bibliográficas	547

PARTE 6

Outros Temas

I. Muito Além da Censura: O Crime de Imprensa e a Imprensa Livre, 555

Eduardo Muylaert

II. Direitos Humanos, Princípios e Regras. Inimigos Íntimos?, 567

Eduardo Salomão Neto

Nelson e o Porquê.....	567
Novos Direitos e Fragmentação da Sociedade.....	567
Direitos Humanos e Princípios	568
Enfraquecimento e Vitimização da Sociedade	570
Como Mudar.....	571
Princípios e Regras: Uma Batalha	572
Bibliografia	573

III. São Tomé e Santiago, 575

Evandro Fernandes de Pontes

IV. Volta ao Mundo no Século XVI: O Passaporte Ibérico para uma Globalização à Barroca, 593

Glauco Martins Guerra

V. O Direito de Exibição de Obras de Arte no Brasil. O Caso Di Cavalcanti, 603

Gustavo Martins de Almeida

Introdução	603
Situando a questão.....	603
Singularidades nos documentos de Dalila – Perícia na ação da 37ª Vara Cível.....	609
Reflexos na ação da 5ª Vara Cível.....	611

**VI. Novos Danos em Cotejo com as Categorias
Fundamentais da Responsabilidade Civil:
O Caso da Privação do Uso, 613**

Gustavo Tepedino e Rodrigo da Guia Silva

1. Introdução: novos bens, novos danos e a constante reafirmação da unidade do ordenamento jurídico	613
2. Limites e possibilidades de reconhecimento dos denominados novos danos	618
3. Privação do uso como suporte fático de um dano emergente.....	622
4. Privação do uso como suporte fático de lucros cessantes.....	627
5. Conclusão	631
6. Referências bibliográficas.....	632

**VII. O Teorema de Coase. Interpretações,
Alguns Desdobramentos e Aplicações, 635**

Helio Portocarrero

Exórdio.....	635
1. Introdução	635
2. Enunciados do Teorema.....	639
3. Alguns Desdobramentos.....	642
4. Aplicações.....	645
5. Conclusão	647

**VIII. A Incidência de Imposto de Renda
sobre as Ações Bonificadas, os Dividendos
e os Juros sobre o Capital Próprio Recebidos
pelos Cotistas de Fundos de Investimento, 649**

João Francisco Bianco e Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva

1. Introdução	649
2. A natureza jurídica dos fundos de investimento	650
3. A Entrega de JCP, Dividendos e Ações Bonificadas não Altera seu Regime Tributário: a Isenção do Art. 10 da Lei n. 9249 para os Dividendos e as Ações Bonificadas e a Tributação dos JCP na Forma do Art. 9º da Lei n. 9249.....	662
4. Conclusões	670

**IX. Usufruto e Usufruto de Ações:
Uma Perspectiva Histórico-Dogmática, 671**

Leonardo Anthero Auriema

Introdução	671
1. O desenvolvimento do usufruto no direito civil brasileiro.....	674
a. O usufruto nas Ordenações Filipinas e na Consolidação das Leis Civis	675
b. O usufruto na perspectiva dos juristas brasileiros do século XIX.....	678
c. O usufruto no Esboço do Código Civil e no Código Civil de 1916 ...	680
2. O desenvolvimento do usufruto de ações e sua caracterização	681
3. Conclusão	685
Bibliografia	687

**X. Os Desafios na Elaboração e
Implementação do Programa Nacional
de Desestatização: 1990/1992, 689**

Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho

PND: Concepção, Objetivos e Estrutura.....	690
Usiminas: a privatização simbólica	694
Anexo	699
Bibliografia	699

**XI. As Sociedades de Economia Mista e as Empresas
Públicas: Atuação Direta do Estado na Economia.
Harmonização e Ponderação. Princípio Constitucional
da Livre Iniciativa. Relevante Interesse Público, 701**

Manoel Vargas

1. Introdução: Tensão entre Público e Privado.....	701
2. Constituições da República: Evolução Histórica das Transformações Constitucionais e o Pensamento Contemporâneo	703
3. Realidade Brasileira: Diferentes Estágios do Desenvolvimento Econômico e Social do País.....	706
4. Harmonização entre Atividade Estatal e Livre Iniciativa: Pressupostos da Existência e Permanência do Relevante Interesse Público	711

5. Conclusão. Colisão e Ponderação de Princípios Constitucionais:	
Solução de Índole Essencialmente Política.....	712
Referências Bibliográficas.....	714

XII. Critérios Jurídicos para a Classificação Contábil da Obrigação Atuarial por Instituição Financeira Patrocinadora de Plano de Previdência Complementar e Deveres dos Administradores, 717

Mauricio Moreira Menezes

I. Consulta.....	717
II. Aspectos atuais do direito obrigacional.....	719
II.1. Conceito de obrigação	719
II.2. Leitura atual da dinâmica do vínculo obrigacional.....	722
III. Natureza da obrigação atuarial e seus efeitos.....	724
III.1. O sistema de previdência no Brasil.....	724
III.2. As diferentes relações jurídicas na previdência complementar fechada.....	727
III.3. A orientação do contrato previdenciário conforme a EC 20/1998 e sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal	729
IV. Repercussões da obrigação assumida pelo Banco em sua esfera patrimonial.....	734
V. O Pronunciamento Técnico CPC 33 e sua interpretação jurídica	737
V.1. Os Pronunciamentos Técnicos do CPC e o princípio da legalidade	737
V.2. O CPC 33	738
VI. Deveres dos administradores de companhias.....	743
VI.1. Principais aspectos.....	743
VI. 2. Direito de confiar em terceiros.....	746
VI.3. Visão dos fatos <i>a posteriori</i> e boa-fé do administrador	749
Conclusões	752

XIII. Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro de Contrato de Concessão. Álea Extraordinária, 755

Pedro Dutra

I. Fatos.....	755
II. Direito	756
Quesitos	763

XIV. A Imposição pela Lei, a Partir de 2015, de Limites às Decisões Judiciais que se Fundamentem em Princípios, Conceitos Jurídicos Indeterminados, Valores Jurídicos Abstratos. Relevância para a Atividade Privada, Especialmente a de Natureza Econômica, 765

Pedro Paulo Cristofaro

A moderna hermenêutica constitucional	765
Regras e princípios	767
Princípios constitucionais	768
Princípios clássicos do Direito Privado.....	768
A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao estado de direito	769
Duas inovações do Código de Processo Civil de 2015	773
O artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (“LINDB”), introduzido pela Lei 13.655 de 25.4.2018.....	775
A lei 13.874 de 20.9.2019.....	778
Conclusões	779

XV. Alinhamento de Famílias Empresárias – Metodologia VDS – *Vision-Driven Strategy*, 783

Roberta Nioac Prado

Porque uma família que busca um Projeto de Sucessão ou de Governança deve fazer um alinhamento estratégico?.....	784
Metodologia VDS – Vision Driven Strategy, adaptada para famílias empresárias.....	787

XVI. Anotações Preliminares sobre a Resolução por Justa Causa nos Contratos de Longa Duração, 791

Rodrigo Octávio Broglia Mendes

XVII. Erro e Dolo Enquanto Defeitos do Negócio Jurídico, 803

Tercio Sampaio Ferraz Junior

1. Vontade negocial e sua capacidade dispositiva	803
2. Validade e eficácia dos negócios jurídicos: nulidade e anulabilidade	806

3. Delimitação do alcance normativo de disposições negociais com referência aos defeitos	810
4. A expressividade do contexto negocial na vinculação da vontade.....	813